

Governo quer fim do monopólio em ferrovia

Outros problemas do modelo vigente são as altas tarifas e a falta de uma responsabilização clara nos contratos de concessão

BRASÍLIA

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo, afirmou ontem que o novo marco regulatório do setor ferroviário tem como objetivo atualizar um modelo criado há 14 anos, esclarecendo as obrigações do governo e dos concessionários da malha ferroviária.

De acordo com Figueiredo, entre os problemas identificados pela ANTT no modelo vigente, estão o monopólio na prestação do serviço em cada trecho da malha, as altas tarifas próximas às praticadas no transporte rodoviário e falta de uma responsabilização clara para cada parte no contrato de concessão.

“Não existe a definição de qual investimento é responsabilidade do concessionário e qual é do governo, o que inclusive limitou a atuação do PAC, que se concentrou na construção de novos trechos ao invés de modernizar a malha existente”, afirmou o diretor-geral.

“Existe uma zona nebulosa que não esclarece o que é função pública ou privada na malha que foi concedida”, completou Figueiredo, que participou do 4º Seminário Brasil nos Trilhos.

Dentre os principais pontos do decreto que vai criar o novo marco regulatório, Figueiredo destacou a separação entre gestão da infraestrutura, ou seja, os trilhos e dormentes, e a operação dos serviços de transporte.



MALHA FERROVIÁRIA: obrigações do governo e das concessionárias

Segundo o diretor, desta forma, a malha concedida à estatal Valec estaria aberta para a circulação de diversos operadores ferroviários.

TRÁFEGO

Por meio de um eventual acordo entre a empresa pública e as outras concessionárias, o tráfego livre poderia se estender a outros trechos já concedidos.

O novo decreto também vai regulamentar a regra do direito de passagem, que consiste na autorização, por parte de uma concessionária de ferrovias, para que um usuário que possua um trem próprio possa passar por sua malha mediante pagamento.

O ponto é considerado um dos mais polêmicos da proposta do governo.